

Notas sobre valor e *performance* nas relações de parentesco no sertão de Pernambuco

ANA CLAUDIA MARQUES

na qualidade de síntese dos valores morais das sociedades situadas na região circumediterrânea, o par honra e vergonha desempenhou uma função estratégica na distinção de uma área cultural objeto de uma especialização disciplinar, a da Antropologia do Mediterrâneo (cf. Davis, 1977). Em torno a esse par, Peristiany (1988 [1965]) organizou um volume que se tornou referência obrigatória a todos os pesquisadores dedicados a estudos mediterrânicos. Apoiadas em material etnográfico de origem bastante diversa, as discussões ali presentes acabaram por promover uma pauta de novas pesquisas e debates nessa subdisciplina, que se erguia impulsionada por uma série de correlações em diferentes medidas comuns às sociedades abrangidas pela área cultural. Para além da delimitação geográfica

ANA CLAUDIA MARQUES é professora adjunta do Departamento de Antropologia da USP, membro do Pronex Núcleo de Antropologia da Política (NuAP) e autora de *Intrigas e Questões: Vingança de Família e Tramas Sociais no Sertão de Pernambuco* (Relume-Dumará).

fica alimentada pela razoável homogeneidade da paisagem ecológica, essas correlações dizem respeito a uma certa consonância entre um sistema moral, uma cultura material e seus aspectos técnicos e econômicos, fatores históricos e de organização social, de caráter político, de estratificação social e concernente às estruturas familiares, principalmente. Alude-se a uma longa história de contatos para explicar o grande alcance de sua dispersão (cf. Braudel, 1972).

Desde o início dos anos 80, Herzfeld constrói uma crítica à tentativa de consolidação dessa área cultural que, segundo ele, se sustentaria às custas do reconhecimento das diferenças locais, não menos importantes do que as coincidências eventualmente encontradas. Coincidências que porventura cruzam os limites externos dessa área cultural, cuja constituição terá resultado de um procedimento exotizante – promotor de novos objetos (em mais de um sentido) para serem investigados, discutidos, conhecidos –, na medida mesma em que fronteiras se aprofundam entre um certo “nós” – pesquisadores norte-europeus – e um certo “eles” – membros de sociedades tradicionais portadoras de um sistema de valores conflitivo com a burocracia, como forma de regulação das relações (Herzfeld, 1987, pp. 7-15; cf. Marques, 1999).

Os problemas levantados por Herzfeld não se restringiam à necessidade de levar em consideração as exceções. O cerne de suas críticas, se pudermos expressar assim, diz respeito não somente aos efeitos de caráter político-ideológico, mas também ao plano metodológico, de que aqueles são indissociáveis. Partir do pressuposto comum de homogeneidade interna e identidade em face do exterior rompe ou compromete o elemento provavelmente mais caro presente no erguimento da subdisciplina, que são as etnografias que sustentaram hipóteses e, talvez, um programa de pesquisas, pois a coerência pressuposta entre sistemas de valores de diversas sociedades talvez obscureça uma realidade antes heterogênea que é preciso desvelar. Para exemplificar seu argumento, Herzfeld debruça-se sob a variação de significados de honra e de vergonha no seio de seu próprio universo de pesquisa, encontrando um campo semântico específico e peculiar. Tendo em vista esses resultados, propõe que o empreendimento comparativo seja efetuado, e não renunciado, mas tendo em atenção determinados parâmetros, tais como o sistema econômico, o sistema moral e o sistema de parentesco (Herzfeld, 1980, p. 349). Conforme formula Gilmore (1990, p. 30), o Mediterrâ-

neo não constitui uma unidade cultural homogênea, mas a importância que as diversas sociedades localizadas nessa região atribuem a determinadas instituições “convida à comparação”.

A construção de uma imagem de masculinidade, atrelada a um repertório de saberes e valores relacionados à honra e à reputação, seria, para Gilmore, o elemento partilhado por todas as sociedades mediterrânicas. Mas não somente por elas. A seu ver, onde quer que a vida material exija um alto investimento de esforços e competitividade, grassará algum sistema de valores que privilegie essa construção de uma imagem de masculinidade. Seu investimento em comparação transcultural aponta características comuns ao conjunto de sociedades que formulam essa imagem. Esse “macho onipresente” (e não universal) seria constituído por meio de três injunções morais, demonstrando qualidades de reprodutor, provedor e protetor (Gilmore, 1990, p. 223).

Esses dois autores, Herzfeld e Gilmore, não obstante dedicados a empreendimentos muito distintos – o primeiro procura delimitar um campo semântico para uma categoria nativa enquanto o segundo busca operar uma comparação transcultural em escala mundial –, sustentam que a forma como os valores sociais se encarnam nos indivíduos supõe um critério de *performance*. Portanto, trata-se antes do cultivo de uma “excelência performativa”, nos termos de Herzfeld (1985, p. 16), do que da correspondência a uma disposição individual, psicológica, interna, culturalmente introjetada nos membros da sociedade por dispositivos de socialização, conforme se poderia ler na chave culturalista de Benedict ou Mead, e eventualmente enfatizada pela sociedade através da opinião pública, que operaria aí como uma espécie de dispositivo de seleção social de indivíduos mais adaptativos a uma certa orientação cultural. A noção de “excelência performativa” é um instrumento que permite deslocar a discussão em torno de um código de valores, como marca de uma cultura ou área cultural, para um plano de análise em que relações de poder em todas as esfe-

ras de socialidade intervêm na configuração de identidades circunstanciais ou segmentares, em que as inclusões e exclusões são flutuantes, mas nem por isso menos importantes e significativas.

• • •

Ao longo de um trabalho de campo realizado no sertão pernambucano entre 1999 e 2000, busquei fazer um mapeamento de algumas das famílias com que estabeleci relações, de modo a verificar suas respectivas composições e divisões, assim como identificar as relações que estabeleciam os segmentos uns com os outros, ligados ou não (reconhecidamente) por laços de parentesco. Nesse esforço, comecei a compreender como a identificação de uma família (qualquer que seja o nível de inclusão e abrangência circunstancialmente associado ao termo) apóia-se em três elementos: os nomes (ou uma noção nativa de *sangue* (1)), a localidade de residência ou de referência e a reputação (2). Observei, através da análise do material que obtive, que cada um desses três elementos pode intervir nesse processo de identificação de modo aparentemente suficiente ou de qualquer forma de maneira relevante. Quer dizer, nas diferentes circunstâncias sociais, o pertencimento ou distância em relação a um determinado grupo pode ser exprimido, mas também reivindicado por via desses três elementos e não obrigatoriamente dos três ao mesmo tempo.

Nesse universo social, o parentesco é sem dúvida o principal idioma pelo qual se exprimem as associações ou a socialidade. Contudo, a consangüinidade em qualquer grau que exceda a co-residência não é condição suficiente de pertencimento definitivo ao mesmo grupo. Trata-se de um sistema de parentesco cognático. Se podem derivar daí grupos de descendência, eles não constituirão de toda forma uma pessoa moral perdurando para além das existências individuais, como ocorre no modelo unilinear. Como observa Verdon (1991, p. 312), “ele corresponde simplesmente ao conjunto de pessoas em situação de intera-

ção no momento presente, em um lugar determinado e que reivindicam sua ascendência comum para justificar sua associação em vista da busca de fins específicos”.

Lewin (1979) opõe os conceitos de “parentela” e de “*kindred*”, ambos cunhados para designar conjuntos de parentes cognaticamente relacionados, através do critério da estrita exclusão, no segundo caso mas não no primeiro, dos parentes afins ou “fictícios” (em particular, por compadrio). A noção de parentela tem sido preferencialmente aplicada nas discussões sobre organização do parentesco em comunidades tradicionais no Brasil, em virtude dessa decorrente flexibilidade de sua composição ou abrangência. Contudo, essa flexibilidade pode ser limitada quando se atribui uma extensão máxima ao grupo de parentes, definida por algum grau de parentesco – primos em segundo grau nas parentelas da elite política paraibana, durante a Primeira República, objeto de análise de Lewin (1993). A suposição de uma tal limitação suscitaria, a meu ver, uma configuração da parentela análoga àquela de grupo de descendentes, uma mera variação do grupo de *kindreds*, apenas acrescido de algumas categorias de parentes. Por outro lado, quando não delimitado em seu alcance por qualquer grau de parentesco máximo, o conceito de parentela sugere a intervenção de apenas um princípio de inclusão, mas o que pude apreender da prática social foi que redes de parentesco compõem-se e decompõem-se segundo critérios de inclusão e exclusão circunstanciais e não inteiramente compreendidos pelos vínculos de parentesco (cf. Marques, 2003). Estes tanto ultrapassam quanto são ultrapassados pelas redes de socialidade válidas para qualquer efeito. Por esses motivos, tendo a considerar a noção de parentela por demais substantivista, seja qual for a sua apreensão, e sua utilização por razões de conforto, a meu ver, exigem considerações dessa natureza (cf. Lévi-Strauss, 1984).

No sertão pernambucano, e decerto por toda parte nas comunidades camponesas no Brasil, ascendência comum é sempre uma justificativa legítima para o estabele-

1 Salvo quando se tratar do título de uma obra bibliográfica, os termos em itálico designam aqui categorias nativas.

2 O mesmo poderia ser dito a respeito do modo de identificação de um indivíduo, na medida em que essa identificação é mediada por um saber coletivo que o encara como membro e expressão de uma coletividade. Porém, não deve ser menosprezada uma espécie de dialética social concernente às noções nativas de união e desunião ou, em termos analíticos, da continuidade ou ruptura que o indivíduo em questão estabelece com relação à sua família, que vem à tona de modo muito sensível quando se trata da constituição de uma *fama* individual (cf. Marques, 2002, cap. 3).

cimento de laços. Nem por isso, estaremos lidando aqui, em qualquer momento, com um universo de parentes delimitado pelo grau de parentesco com um casal de ancestrais, que tende a ser numeroso demais, ao cabo de apenas três gerações, para que possa ser operatório como grupo. Tal universo poderia ser concebido em termos virtuais, como um campo de possibilidades em que os diferentes grupos, de diferente composição, abrangência e propósito, se efetuam. Na verdade, se o parentesco é de fato propiciador de associações, ele não é o único, ainda que coletividades formadas por membros não exclusivamente ligados por laços de parentesco possam ser identificadas a um nome de família.

O parentesco constitui de fato um idioma para a definição das relações sociais, e é nesse contexto que se pode entender a preocupação muito difundida pelo sertão em conhecer e registrar genealogias das famílias de maior prestígio (o que normalmente implica alguma relevância no campo da política). Tanto a composição quanto a consulta a esses trabalhos sugerem que eles funcionam como um mapa das relações sociais, mais do que um mero compêndio de nomes. As genealogias sertanejas constituiriam a imagem mais próxima daquele universo virtual a que aludi como um campo de possibilidades para inscrição e renovação de relações sociais. Nos termos de Villela (2004), trata-se de uma totalidade virtual que atualiza fragmentos ligados e desligados rizomaticamente e que não são necessariamente englobados pela totalidade. Mesmo assim é preciso reconhecer o quanto de atualidade está envolvido nessas peças. Uma genealogia importa em uma operação seletiva (3). Nem todos os membros da parentela, nem mesmo todas as proles de descendentes dos ancestrais comuns têm seu nome registrado ali. Assim, uma genealogia pode ser vista como um expediente mnemotécnico, sobretudo para seu autor, como guia de relacionamentos para seus usuários e, para o analista, constitui um material muito indicativo do que se considera importante lembrar e o que pode ser esquecido em determinado universo social.

De todo modo, uma genealogia não retrata um grupo. Mas retrata, por vias nem sempre muito diretas, séries de alinhamentos de grupos. As genealogias são registros, talvez mais do que de consangüinidade, de alianças. Nelas costumam ser incluídos os afins que por qualquer motivo alcançaram algum prestígio e apenas as linhagens pragmaticamente aproximadas por relações sociais mais intensas e diretas com o autor ou com o núcleo mais prestigioso representado tendem a ser mais extensamente incluídas – com um maior número de gerações e de membros contemplados, assim como com maiores informações extraordinárias mencionadas. Nos compêndios genealógicos, tanto nos manuscritos quanto nos publicados, conforme apurei dos vários volumes que pude reunir, dispõem-se informações sobre a relevância de tal ou tal indivíduo em determinado processo histórico, em algum episódio memorável. Além dessas, são também corriqueiras e sempre presentes as informações relativas ao local de residência de diferentes segmentos familiares.

Assim, na medida mesma em que as genealogias não são o espelho fiel daquilo que em princípio elas se propoem a ser, a totalidade dos descendentes dos mesmos ancestrais, elas proporcionam uma cartografia social prolixa. Elas de fato me ajudaram a compreender aspectos de minha observação direta que, por sua vez, forneceram-me a chave de interpretação dos vários e volumosos compêndios que um tanto casualmente fui acumulando durante os trabalhos de pesquisa. Percebi que, de certa forma, elas estão aquém e além do que pretendem ser. Justamente por não ser, de modo nenhum, o registro da totalidade das relações de parentesco, elas exprimem muito melhor o que essas relações são de fato.

Através do idioma do parentesco propaga-se uma idéia, se não de igualdade, de proximidade, união e coesão (4). Não será casual que pela via do compadrio indivíduos de estratos sociais muito distantes celebrem um vínculo entre si que rompe, embora sem anular, as distâncias sociais e que encontram seu modelo nos laços de família. Recorre-se sistematicamente à ima-

3 A observação feita a partir do material genealógico coletado no sertão pernambucano encontra eco em trabalhos como o de Cañedo (1998), sobre famílias de políticos mineiros, ou o de Zonabend (2000) desenvolvido na Baixa Normandia.

4 A igualdade aparece como um limite que de fato nunca é alcançado. Vale lembrar que no interior das famílias, entre os mais próximos parentes, relações são hierarquizadas e que essas hierarquias são expressas no modelo familiar de relações aplicado a outros universos. O tema da igualdade é também um ponto de concentração de debates concernentes às organizações sociais mediterrâneas (Davis, 1977).

gem de uma família para expressar a homogeneidade e fraternidade, por exemplo, na composição demográfica de uma região. No entanto, uma família só atua enquanto tal na medida em que ela se diferencia e se segmenta em relação a outras famílias a partir das quais ela se constitui, processo de que resultam relações hierarquizantes, também formuladas no idioma do parentesco. Essa operação, por assim dizer genética, não decorre mecanicamente do modelo. Ela se apóia em práticas e em *performances* cujo resultado é fundamental para a sua consagração ou seu esquecimento.

As localidades de residência e referência são um primeiro e fundamental modo de marcar essa diferenciação. Dada a formidável extensão das famílias sertanejas, a especificação de um local de origem ou de residência atual acrescentando-se a um patronímico é sempre uma informação relevante para o mapeamento social dos indivíduos. Depreende-se dessa forma à qual dentro os diversos centros de sociabilidade geograficamente dispersos um indivíduo está mais estreitamente ligado e, nessas condições, hipóteses plausíveis com relação à sua posição social são formuladas, aí intervindo o seu quadro de relacionamentos, seu posicionamento, seu prestígio, seu *procedimento*. Observe-se que a referência à localidade tende a comportar informações concernentes aos laços de afinidade que, por sua vez, introduzem recortes no universo do parentesco. A saída da casa paterna e materna, o fim da co-residência dos irmãos, costuma acontecer por ocasião do matrimônio. A definição do local da nova residência atende a critérios costumeiros. Uma certa preferência formulada no sentido de uma virilocalidade pode ceder a conveniências uxorilocais – quando a família da esposa é claramente mais favorecida do que a do marido em termos econômicos, de patrimônio, de prestígio, de *status* – ou neolocalis. A escolha matrimonial e da nova residência é um momento crucial para a continuidade de uma família como agrupamento social, identificável por meio de um mesmo nome associado a uma localidade. Mas também para a reprodução de suas

qualidades morais, já que nesse momento duas famílias – duas *raças*, dois *sangues*, se combinam e se *braiam* – misturam-se. Nesse ponto, penetramos em outro e não menos importante modo de diferenciação – se não de existência social – que é o da constituição ou reprodução de uma reputação.

Malgrado a dispersão espacial e a extensão numérica dos membros de uma parentela e a persistência temporal de um nome que eles envergam (5), certas qualidades morais lhes são associadas. Os Garcias, disseram-me alguns informantes – inclusive aparentados ou autodesignados como tais –, são tidos por *futuquês* (palavra provavelmente derivada do termo futricar ou futucar), ou seja, por um *povo* ou *raça* que se dedica ao mexerico. Os Gouveias são tidos por gente que gosta de briga, “são pegados numa arma”, e os homens dessa família são considerados maus maridos, desde o ponto de vista de seus inimigos Santanas, mas não somente deles. Enquanto os Santanas, dizem eles mesmos, são mais “pegados em livro”, embora também seja pouco recomendável meter-se com algum deles. Os Albuquerque são também tidos por *valentes*, enquanto os Aguiares são considerados *tolos*. Observações muito similares foram registradas por Gilberto Freyre em *Casa-grande & Senzala*, a respeito de famílias, mas também a certos indivíduos dotados de relevo social no universo canavieiro que lhe foi contemporâneo. Também no sertão, atualmente, os atributos servem para operar distinções no interior desse universo demasiado numeroso, largo e vago designado por um desses nomes de família. Note-se que assim se configura um saber de intimidade, compartilhado entre membros de comunidade e raramente transpondo tais fronteiras, como os apelidos analisados por Zonabend (2000). Fora dela, têm pouca serventia, além de expor ao forasteiro divisões que a princípio pretende-se omitir sob a retórica da união simbolizada na imagética da família, que transmite uma idéia de uniformidade à comunidade. Dentro, porém, a articulação de um nome e uma localidade a um qualificativo os dota de conotações morais – que

5 Nome que opera uma totalização não obstante as muitas variações internas decorrentes das relações de afinidade associadas a uma prática bilateral de nomenclatura. Abreu Filho (1980) distingue, a esse pretexto, o nome de família dos diversos sobrenomes que aquele abrange.

podem ser decodificadas mesmo quando atributos físicos são designados – e constitui um poderoso instrumento de classificação e hierarquização social.

Durante o trabalho de campo não foi incomum ouvir apreciações concernentes a uma ou outra família, mas esse corpo de conhecimento só me foi sistematicamente transmitido um tanto tardiamente, certamente por uma questão de intimidade e confiança, mas também em razão do meu próprio conhecimento já adquirido daquela cartografia spciomoral. Tal conhecimento veio se acrescentar e complicar ainda mais a minha compreensão daquela organização social. Há um ditado no sertão que diz que família grande é como “fogo de vista” (fogos de artifício), porque “cada filho é de um jeito”. O ditado refere-se primeiramente à aparência física. Curiosamente, ele não faz jus a outro pressuposto também muito divulgado segundo o qual as famílias possuem certos traços físicos que proporcionam semelhança física entre seus membros, que perseveram muito em virtude de práticas endogâmicas. Na verdade, eu pude atestar as duas coisas, semelhanças e diferenças, físicas e morais. Embora me confesse embaraçada para compreender de que modo qualidades morais também podem ser atribuídas a tais coletividades.

Percebi que os traços morais são marcadores sociais extremamente importantes e dinâmicos, porque talvez mais do que quaisquer outros eles permitem ao mesmo tempo a reprodução e a reinvenção dos grupamentos sociais que nesse universo são por definição mutáveis no tempo e segundo as circunstâncias. No terreno das qualificações morais, a comunidade se reinventa a partir de uma substância que se preserva e de *performances* que a renovam.

De início, coloquei-me como problema os processos que estariam envolvidos na reprodução desses traços morais pelas gerações em uma determinada família, presumindo intervir aí um processo pedagógico. Decerto, ele não deve estar ausente e caberia inclusive um programa de investigação para elucidá-los, o que não cheguei a formular. De qualquer modo, as formas

de acionamento dessas qualificações chamaram-me mais a atenção, na medida em que percebi que a reputação configura um fator de reivindicação ou negação de pertencimento, como a localidade e o *sangue*, porém dotado de uma flexibilidade superior ou de limites mais alargados. Por meio de seu vocabulário, indicam-se mais rigorosamente fronteiras que não se podem exprimir de outra maneira. Fronteiras que, ademais, poderão cristalizar-se em divisões reconhecíveis e designáveis no seio de unidades mais ou menos consagradas. Assim, da mesma forma que uma família é *valente*, outra é *mansa*, outra é *braba*, segmentos produzem-se no seio delas. Os Santanas do Imbuzeiro, que já constituem um segmento inconfundível com outros Santanas, falam de um certo grupo de descendência que os compõe, e que possui designação consagrada – os Macambiras –, como gente “sem humor”, que leva tudo na “ponta da faca”. Apesar de reconhecerem-se parentes, pois descendem todos do mesmo ancestral fundador da fazenda Imbuzeiro, essa divisão tem se preservado por gerações, à custa de relações ambíguas com outras divisões comparáveis. A valentia que lhes é imputada fez dos Macambiras o principal recurso de defesa quando um membro de outro segmento de reputação muito mais mansa se viu envolvido em uma *questão*. Quando outro Santana deu livre curso a seus pendores de justiceiro, fez-se alvo de muitas críticas vindas de primos seus, mas também com o apoio moral e eficiente de um de seus primos Macambiras. Os mesmos Macambiras que muitos anos antes saíram em luta contra Lampião e seu bando, percorrendo cada palmo dos sertões de Pernambuco nesse intuito. Os mesmos Macambiras descendentes não apenas do fundador Manoel Santana mas também de um fugitivo de uma *questão* de família encetada do outro lado do Rio São Francisco.

Ano após ano, geração após geração, uma reputação reforçou seus contornos que não são dados de antemão. Ela exige de seus portadores que a confirmem. Possui uma face voltada para o passado e outra

para o futuro, constitui de fato um capital transmissível, que pode ser aumentado ou dilapidado. Por outro lado, diferente da propriedade e mesmo do nome, esse capital não se constitui sem a intervenção de terceiros. Primeiramente, porque cada geração é fruto da combinação de duas famílias (dois *sangues*, duas *raças*). Sem dúvida, práticas endogâmicas atendem, entre outras coisas, ao ensejo de preservação moral (além de física, econômica, hierárquica, etc.) de uma família. Mas é preciso ter em mente a relatividade da noção de endogamia, acentuada se levarmos em conta as formas de segmentação no interior do conjunto de parentes e aparentados. Observe-se, ainda, que a constituição de um segmento – por vezes nativamente designado *linhagem* ou *ramo* – deriva de um processo de atribuição de uma reputação singular, promovido por *performances* individuais, que no entanto se estende a um grupo de descendentes de um ou mais casais. Os Macambiras descendem de um casal de irmãos forasteiros que se casaram com netos do ancestral fundador da fazenda Imbuzeiro. Talvez fossem aparentados à esposa desse pioneiro, mas a reputação e a ramificação se produzem muito mais tarde, exogamicamente para todos os efeitos, e a sua consolidação se processará ao longo das três gerações subsequentes. Não tanto por via dos casamentos mas sobretudo através das *performances* individuais de um certo número de descendentes, realizações que também exigiram a intervenção de terceiros. Pois uma reputação se afirma não somente diante dos seus, mas também dos outros, em um processo em que memória e criação são elementos indispensáveis. Se a cadeia performativa for interrompida, a singularidade do grupamento corre o risco de diluir-se em outras identidades.

Os pertencimentos sociais não decorrem, então, de uma mera reprodução biológica e nem mesmo, direta e inquestionavelmente, do sistema de parentesco, mas dependem de *performances* individuais e coletivas. Em comunidades como aquelas em que desenvolvo minhas pesquisas está-se em permanente exposição e juízo e sabe-

se que cada ato será lido na chave do conhecimento também coletivamente compartilhado. Por isso, nem somente a descendência, nem somente a ousadia individual serão suficientes para fornecer a identificação de um sujeito. Cada ato será tanto produzido quanto interpretado a partir da memória das relações individuais e coletivas pertinentes a cada caso. De certa forma, não é preciso que um Macambira sempre aja com intrepidez, mas todo comportamento que vá nessa direção será mais facilmente selecionado por aqueles possuidores de certa expectativa, agudizando os traços associados a essa coletividade e alguns de seus melhores representantes, assim considerados justamente porque com suas *performances* reforçam a reputação. Por outro lado, a não correspondência a essa expectativa tende a não arranhar a reputação da coletividade, mas somente a individual, a não ser que se reproduza ou que se afirme como uma divisão dessa mesma coletividade. Um comandante de forças em operação contra Lampião explicou-me, certa vez, que a forma como recrutavam soldados baseava-se na reputação das famílias. A correspondência às expectativas por parte dos indivíduos podia nem sempre se confirmar. Essa não confirmação, no entanto, não obrigatoriamente denigre um caráter individual (embora esta seja sempre uma inquietante possibilidade), pois ela pode estar envolvida em uma iniciativa de estabelecer uma nova divisão, que necessariamente passa pelo estabelecimento de uma reputação diferenciada. Vale lembrar que os próprios Macambiras surgiram no seio de uma coletividade sustentada na reputação de mansidão erguida pelo seu mais importante líder e ciosamente mantida por seus descendentes desde há três gerações.

Nesse ponto, cabe um retorno à problematização em torno das genealogias que em boa medida podem ser vistas como registros de excelência performática. No limite, ao marcar um pertencimento, ao assegurar a reprodução social de uma coletividade ou ao esboçar seus novos contornos, uma pessoa está assegurando a sua

própria existência social e a de seu grupo. Nesse sentido, antes que um relatório de um todo indiferenciado, que aparentemente pretenderia, sem conseguir ser, uma genealogia constitui um enunciado performativo que permite classificar os membros de uma sociedade (Schmitz, 1991). Por esse motivo, uma sociedade como a que está servindo de referência mostra-se antes como lugar da diferença do que da igualdade, menos obrigatoriamente econômica, mas sobretudo moral.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU F^o, Ovídio de. "Parentesco e Identidade Social", in *Anuário Antropológico/1980*. Fortaleza/Rio de Janeiro, Edições da UFC/Tempo Brasileiro, 1982, pp. 95-117.
- BRAUDEL, Ferdinand. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*. 2 vols. Trans. Siân Reynolds. New York, Harper and Row, 1972.
- CAÑEDO, Leticia Bicalho. "La Production Généalogique et les Modes de Transmission d'un Capital Politique Familial dans le Minas Gerais Brésilien", in *Dossier Genèses*, 32, 1998, pp. 4-28.
- DAVIS, John. *The People of Mediterranean*. London, Henley and Boston, Routledge & Kegan Paul, 1977.
- _____. "Méditerranéen (Monde)", in Pierre Bonte; Michel Izard. *Dictionnaire de l'Ethnologie et de l'Anthropologie*. Paris, Presses Universitaires de France, 1991, pp. 459-62.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
- GILMORE, David D. *Manhood in the Making: Cultural Concepts of Masculinity*. New Haven and London, Yale University Press, 1990.
- HERZFELD, Michael. "Honour and Shame: Problems in the Comparative Analysis of Moral Systems", in *Man. The Journal of the Royal Anthropological Institute*, 15(2), 1980, pp. 339-51.
- _____. *The Poetics of Manhood: Contest and Identity in a Greek Mountain Village*. Princeton, Princeton University Press, 1985.
- _____. *Anthropology Through the Looking-Glass*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Paroles Données*. Paris, Plon, 1984.
- LEWIN, Linda. "Some Historical Implications of Kinship Organization for Family-based Politics in the Brazilian Northeast", in *Comparative Studies in Society and History*, 21 (2), abril, 1979, pp. 262-92.
- _____. *Política e Parentela na Paraíba. Um Estudo de Caso de Oligarquia de Base Familiar*. Rio de Janeiro, Record, 1993.
- MARQUES, Ana Claudia. "Algumas Formas de Outros Eus. Honra e Patronagem no Mediterrâneo", in *Mana – Estudos de Antropologia Social* 5(1), 1999, pp. 131-47.
- _____. *Intrigas e Questões. Vingança de Família e Tramas Sociais no Sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.
- _____. "Política e Questão de Família", in *Revista de Antropologia (USP)*, v. 45 (2), 2003, pp. 417-42.
- PERISTIANY, *Honra e Vergonha – Valores das Sociedades Mediterrâneas*. Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1988 [1965].
- SCHMITZ, J. "Stratification Sociale", in Pierre Bonte; Michel Izard. *Dictionnaire de l'Ethnologie et de l'Anthropologie*. Paris, Presses Universitaires de France, 1991, pp. 675-7.
- VERDON, M. "Groupe de Descendance", in Pierre Bonte; Michel Izard. *Dictionnaire de l'Ethnologie et de l'Anthropologie*. Paris, Presses Universitaires de France, 1991, pp. 310-2.
- VILLELA, Jorge M. *O Povo em Armas. Violência e Política no Sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2004.
- ZONABEND, Françoise. "Les Maitres de la Parenté. Une Femme de Mémoire en Basse-Normandie", in *L'Homme* 154-155, 2000, pp. 505-24.

i i v r o s